



# Anais da Assembléia

Nº 62

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 18 DE MAIO DE 1992

ANO XVIII

## MESA DIRETORA

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**ALGACI TÚLIO**  
1º Vice-Presidente - PDT

**HEINZ GEORG HERWIG**  
2º Vice-Presidente - PSDB

**JOÃO BATISTA DE ARRUDA**  
1º Secretário - PFL

**ADEMAR LUIZ TRAIANO**  
2º Secretário - PTB

**DALTON MACHUCA**  
3º Secretário - PL

**LOURENÇO FREGONESE**  
4º Secretário - PRN

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo .....	Deputado <b>ORLANDO PESSUTI</b>
PRN .....	Deputado <b>NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS</b>
PFL .....	Deputado <b>ANTONIO COSTENARO NETO</b>
PDT .....	Deputado <b>RAFAEL GRECA DE MACEDO</b>
PTB .....	Deputado <b>ERONDY SILVÉRIO</b>
PSDB .....	Deputado <b>ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI</b>
PT .....	Deputado <b>ERNANI PUDELL</b>
PL .....	Deputado <b>JOSÉ COLOMBINO GRASSANO</b>
PST .....	Deputado <b>GERALDO CARTÁRIO</b>

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 12:** Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - José Durval Mattos do Amaral - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antonio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Osmário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - • José Tadeu Lúcio Machado - **Suplentes:** José Bolko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Forisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado; Djalma de Almeida Cesar - Secretário de Estado; José Afonso Júnior - Secretário de Estado - (\*) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado. (04/92)

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 045ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 1992**

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Durval Amaral, Emília Belinati, Erondy Silvêrio, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Preis, Oswaldo Trevisan, José Arthur Ritti, José Tavares, José Alves, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pesutti, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rosconi, Severino Félix e Toti Colaço (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Alceu Swarowski, Dirceu Manfrinato, Doutor Rosinha, Edson Silva Lino, Elio Rusch, João Iensen, e Ovídio Constantino (07).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - Procede a leitura da Ata da Sessão Anterior à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - Procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 706**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no

curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 18.05.92.

(a) ADEMAR TRAIANO

**REQUERIMENTO Nº 701**

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, Licença Plenária no período de 18 a 22 de maio, do corrente ano, para representar este Poder Legislativo em um levantamento de campo, na Região Centro-Sul paranaense polarizada por Grandes Rios, tendo em vista a ocorrência de uma situação de anormalidade no fluxo da safra agrícola, com a paralisação das operações diante da interrupção dos recursos para comercialização, conforme especifica ofício nº080/92 (em anexo) dessa Presidência.

Sala das Sessões, em 18.05.92.

(a) EDSON SILVA LINO

**REQUERIMENTO Nº 707**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, após ouvido o Plenário, que seja constituída Comissão Parlamentar Temporária, na forma do disposto no inciso I do artigo 34 do Regimento Interno, combinado com o artigo 35 do citado ordenamento da Casa, composta por 05 (cinco) Deputados, com vigência nos trabalhos por 30 (trinta) dias, para acompanhar a reconstrução das casas destruídas pelo vendaval ocorrido em Almirante Tamandaré, tendo como primeiro ato realizar uma visita imediata ao local da tragédia, logo depois do término da sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 18.05.92.

(a) ERNANI PUDELL

**JUSTIFICATIVA:**

As dimensões da tragédia foram enormes, especialmente por atingir uma camada social de baixa renda.

Até o momento cerca de 100 pessoas estão hospitalizadas, já tendo havido 08 mortes, além dos corpos que não conseguiram ainda ser resgatados pelo Corpo de Bombeiros.

Este drama exige uma imediata tomada de posição pela Assembléia Legislativa, vez que somos representantes do povo. Fundamental, portanto, que os Deputados que integram a Comissão compareçam ao local exatamente para avaliar a extensão da catástrofe e, em razão da população atingida ser de baixa renda, teria também que, ao chegar ao local após o término da sessão, condições de avaliar os gastos que serão necessários para a reconstrução das casas.

**REQUERIMENTO Nº 711**

Senhor Presidente.

Venho através da presente solicitar a Vossa Excelência, o fornecimento de 02 (duas) passagens, ida e volta para Brasília, uma vez que estarei representando o Poder Legislativo deste Estado, em audiência com o Ministro Ricardo Fiuza, tratando de assunto referente à área da Ação Social.

Sala das Sessões, em 18.05.92.

(a) PLAUTO MIRO GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 698

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Barbieri, no dia 17 de maio próximo-passado.

Sala das Sessões, em 18.05.92.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e em nosso próprio nome, gostaríamos de manifestar nosso mais profundo pesar pelo falecimento do Senhor João Barbieri, o qual, no curso de sua vida, sempre dignificou e honrou os princípios em que se baseiam os homens de bem na condução de seus negócios e de sua família.

#### REQUERIMENTO Nº 705

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Tikyuki Yassuda ocorrido no Município de Morretes.

Sala das Sessões, em 18.05.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Tikyuki Yassuda, era pessoa de grande relacionamento em toda a Cidade de Morretes, onde estava entre os pioneiros do setor agrícola daquele Município.

Seu trabalho experiente sempre foi reconhecido pelos agricultores. Participou sempre de todas as atividades naquela Cidade.

#### REQUERIMENTO Nº 695

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata de votos de congratulação pela posse da nova diretoria da Fundação Casa do Estudante Universitário do Paraná (CEU).

Sala das Sessões, em 18.05.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 696

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Secretário de Estado de Educação, no sentido de nos informar qual o amparo legal da convocação de consulta para escolha de Diretores para o dia 10 de junho de 1.992, conforme malote Nº 5343/92, da Secretaria de Estado de Educação.

Sala das Sessões, em 18.05.92.

(a) ERNANI PUDELL

JUSTIFICATIVA:

Não dispomos de informações sobre o assunto, pois o Decreto do Governador que suspendia a Lei regulamentadora das eleições diretas para diretores (conquista da categoria dos trabalhadores de educação), encontra-se "sub judice" vez que não se tem mais nenhuma resposta sobre o trâmite da matéria.

#### REQUERIMENTO Nº 697

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Governador do Estado, solicitando liberação imediata de recursos do Poder Público para a reconstrução das casas atingidas, total ou parcialmente, pelo vendaval ocorrido na noite passada em Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 18.05.92.

(a) ERNANI PUDELL

JUSTIFICATIVA:

Até o presente momento as informações que dispomos demonstram as dimensões da tragédia, ainda que parcialmente, pois quase 100 pessoas estão hospitalizadas, além de 08 já falecidas.

Materialmente, as perdas foram praticamente totais, daí a urgência em liberar recursos do Estado para promover a reconstrução das casas, vez que a população atingida é de baixa renda.

#### REQUERIMENTO Nº 699

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Moacir Favetti, digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública no sentido de que seja viabilizado o envio de viatura policial para o Município de Xambê.

Sala das Sessões, em 18.05.92.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A necessidade de aparelhar o sistema de segurança nos municípios da região de Umuarama é premente e disso resulta o au-

mento da criminalidade. Atualmente a Polícia Civil de Xambrê não dispõe de meios de locomoção para manter a ordem e vigilância na sua sede, e muito menos nos distritos. A destinação de pelo menos uma viatura para o município amenizaria os problemas na área de segurança.

#### REQUERIMENTO Nº 700

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Nobre Plenário, envio de expediente ao Superintendente do I.P.E., Senhor Doutor Jaime Paciornik, solicitando urgente reativação em Ponta Grossa, no atendimento médico-hospitalar aos Servidores Públicos, ativos e inativos, da Região dos Campos Gerais.

Sala das Sessões, em 18.05.92.

(a) DALTON MACHUCA

#### JUSTIFICATIVA:

O atendimento médico-hospitalar em Ponta Grossa está interrompido aos Servidores Públicos do Estado.

O desconto em folha persiste, significando que os segurados pagam por esse benefício, ora inexistente.

Ocorrendo a necessidade de usufruir desse atendimento, obrigatoriamente o servidor deverá deslocar-se para Curitiba, causando diversas dificuldades não só ao paciente como a seus familiares.

Vossa Senhoria determinando essa reativação, estará prestando uma grande contribuição social e humanitária.

Este pedido é uma reiteração ao formulado em 13.11.91, através do Ofício nº 10.954/91, enviado por esta Casa de Leis, que até a presente data não foi respondido.

#### REQUERIMENTO Nº 702

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Ministro da Agricultura e Ministro da Economia, solicitando o estabelecimento de Preço mínimo para comercialização de amendoim, variedade gigante.

Seja dado conhecimento da presente proposição, mediante envio de cópia, ao Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento.

Sala das Sessões, em 18.05.92

(a) ALBINO CORAZZA

#### JUSTIFICATIVA:

Atendendo apelos das autoridades do setor competente, um significativo número de produtores, em diversos municípios do Oeste do Estado, promoveu a diversificação de culturas, sendo uma delas a do Amendoim Gigante, cujo plantio, especialmente no

Município de Tupassí, ocupa áreas.

A chegada da safra do referido produto, faz surgir uma deficiência provocada pela tradição da monocultura, ou do binômio soja/trigo, registrado nos últimos anos; levando a um segundo plano esta cultura. Hoje os produtores, ao tentarem comercializar sua safra de amendoim, enfrentam a defasagem de preço pela falta de estabelecimento de preços mínimos, e vêm que os preços pagos atualmente não são suficientes sequer para cobrir os custos da produção.

Diante do exposto solicitamos parecer favorável do Soberano Plenário.

#### REQUERIMENTO Nº 703

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Secretaria Especial da Política Habitacional, no sentido de que o mesmo, libere recursos financeiros para a construção de 60 casas populares no Município de Mallet.

Com o atual quadro econômico-social, o trabalhador brasileiro encontra-se com o seu salário cada vez mais achatado, submetendo-o a um estado de miséria absoluta, notadamente sem a mínima condição de, através das vias normais de financiamento, viabilizar o seu "sonho" de obter a sua casa própria.

Neste sentido, a situação do trabalhador do Município de Mallet, não é diferente, onde o pleito em tela se faz com inteira Justiça, em que pese o empenho do Governo do Estado em dirimir este sofrimento.

Sala das Sessões, em 18.05.92

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO Nº 704

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros para aquisição de uma ambulância para o setor de Saúde do Município de Irati.

Esta solicitação se faz com inteira necessidade, haja visto que o veículo atualmente à disposição da área de Saúde do Município, encontra-se em precárias condições, tendo em vista o seu uso constante, no deslocamento à Capital do Estado, no transporte de pacientes de todo o Município.

Isto posto, aguarda as providências cabíveis para com o requerido.

Sala das Sessões, em 18.05.92.

(a) TOTI COLAÇO

**Projetos de Lei:****PROJETO DE LEI Nº 137/92**A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Senhoras de Rotarianos do Rotary Clube de União da Vitória - Porto União", com sede e foro no Município de União da Vitória, no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.05.92.

(a) ANIBAL KHURY

**JUSTIFICATIVA:**

A proposta de declaração de Utilidade Pública à "Associação de Senhoras de Rotarianos do Rotary Clube de União da Vitória - Porto União", vem reconhecer o esforço de uma plêiade de mulheres destinadas a promover atividades educacionais, sociais, culturais, cívicas e de saúde, em prol da comunidade local, bem como, de regiões próximas, visando um trabalho harmônico e integrado, propiciando o bem-estar da coletividade.

Sendo assim, propomos o referido Projeto de Lei contando com o apoio dos Nobres Pares com assento nesta Casa.

**PROJETO DE LEI Nº 138/92**A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Florai, com sede na Cidade de Florai e foro na Comarca de Nova Esperança.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.05.92

(a) DURVAL AMARAL

**JUSTIFICATIVA:**

A exemplo de suas congêneres, espalhadas por todo o Brasil, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Florai, no norte do Estado, vem desenvolvendo relevantes trabalhos junto a crianças e adolescentes excepcionais, através de atividades especializadas, quer para educação, quer para inserção social dos mesmos, bem como, esclarecendo, orientando e auxiliando os pais e amigos sobre a conduta desses deficientes mentais.

A documentação acostada demonstra a

magnitude e dignidade dos trabalhos desenvolvidos, razão pela qual solicitamos o apoio dos colegas na aprovação do Projeto de Lei que ora propomos, que nada mais é do que o singelo reconhecimento e agradecimento a tal instituição.

**PROJETO DE LEI Nº 139/92**A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Instituição Beneficente Casa de São Luiz", com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.05.92

(a) PLAUTO MIRO GUIMARÃES

**JUSTIFICATIVA:**

A Instituição Beneficente Casa de São Luiz, vem prestando serviço social, através de manutenção de creche, desinteressadamente, a pessoas carentes. A referida Instituição preenche os requisitos exigidos pela legislação pertinente à matéria.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos Nobres Pares com assento nesta Colenda Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TOLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A noite de ontem foi uma das mais terríveis para o Município de Almirante Tamandaré, na Região Metropolitana de Curitiba. Bairros que praticamente fazem divisa com a cidade de Curitiba, Jardim Valma, Jardim Thaís, Colônia Antônio Prado, Lamenha Pequena, Lamenha Grande, Jardim Buenos Aires, foram atingidos por um vendaval, com ventos superiores a mais de 150 km. horários e, segundo informações que recebemos, isso também teria acontecido na região de Castro, na Cooperativa Witmarsun, e também em outras localidades, terminando exatamente no Município de Almirante Tamandaré, que faz divisa também com o Município de Colombo.

Mais de 500 casas foram completamente destruídas pelos fortes ventos. O quadro, resultado dos mais trágicos, apresentou até por volta de 13 horas de hoje, um total de cinco pessoas mortas, mais de 80 pessoas feridas, um número calculado de aproximadamente 600 pessoas desabrigadas e prejuízos incalculáveis.

Durante a noite de ontem, e até por volta de 4 horas da madrugada de hoje, nós

estivemos presentes no local dessa tragédia, retornamos hoje, passando a manhã toda, levando a nossa solidariedade, o nosso apoio moral às vítimas, e em nome desta Casa, desta Assembléia, também levando a mesma solidariedade, o mesmo apoio, fazendo apelo ao Governador do Estado do Paraná, para que faça com que recursos cheguem até aquela população pobre que, se já tinha pouco, agora lamentavelmente não tem mais nada, apenas a roupa do corpo, porque suas casas ficaram completamente destruídas.

Há muitos e muitos anos não se via algo como nós presenciamos ontem à noite e madrugada de hoje e agora pela manhã. E os senhores que acompanharam o noticiário de televisão puderam constatar a gravidade desse acontecimento.

Nesse vendaval que assolou a região de Almirante Tamandaré, como já disse, 5 pessoas perderam a vida: a Sra. Dóris Romanoski, de 50 anos de idade; Maria José do Carmo, 33 anos; Deusdêti Francisco dos Santos, 60 anos; Orlando Magalhães Pimentel, 55 anos; e Luiz Cláudio de Souza, 17 anos de idade.

Nós queremos neste momento cumprimentar e elogiar a atuação da Polícia Militar, da Polícia Civil, do CIAT, do Corpo de Bombeiros que, tão logo tiveram conhecimento da extensão da tragédia, passaram a dar os primeiros atendimentos à população, atendimento que é reforçado durante o dia de hoje por equipes da COPEL, TELEPAR, SANEPAR, e por equipes da Prefeitura Municipal de Curitiba. Na condição de vice-prefeito, nós determinamos, muito embora não pertencendo ao município de Curitiba, mas é um momento de calamidade pública, e o Prefeito Roberto Perussi, de Almirante Tamandaré, decretou estado de emergência e em contato com o Prefeito Jaime Lerner, nós determinamos que seis caminhões ficassem à disposição daquele município, da Defesa Civil, para o atendimento às pessoas atingidas pela tragédia. Momentos de dor, de muita tristeza para os moradores daquela região.

Eu tenho certeza que Sua Excelência o Sr. Governador do Estado neste momento, não pode ficar alheio a esta solicitação de atendimento àquela população que não terá como recuperar o seu patrimônio, não terá condições para reconstruir suas casas, e nesta hora difícil pela qual passam, precisam de verba, precisam de ajuda para poder reerguer seus patrimônios.

Fica, portanto, Sr. Presidente, em nome desta Casa, o registro deste fato lamentável, que atingiu por volta de 20:30, na noite de ontem, num período de apenas 15 segundos, que foi o suficiente para arrasar toda a extensão de aproximadamente 20 km dentro do município de Almirante Ta-

mandaré, num raio de apenas cem metros. Foi apenas um rastro, como se um avião tivesse naquele momento caído ou tivesse feito um pouso forçado, ou um avião a jato naquele momento, tivesse dado rasante naquela região, tão rápido ele foi. Pinheiros, árvores centenárias, casas de alvenaria, casas de todos os tipos foram arremessadas à distância, pessoas foram jogadas à distância.

Para que os senhores tenham uma idéia da tragédia, nós tivemos colchões que ficaram pendurados a mais de 200 metros de distância da casa de onde foram arrancados, em fios de luz. Foi realmente um quadro dos mais terríveis, o que presenciamos ontem à noite, madrugada de hoje e hoje pela manhã, no município de Almirante Tamandaré.

Portanto, fica aqui este registro que eu queria fazer, dizendo que esta Casa não deixou de se fazer representar neste momento de solidariedade e de auxílio àquela população. Os Deputados que desejarem fazer alguma colaboração, devem fazer contato com a Prefeitura de Almirante Tamandaré. Existe já uma conta aberta no BANESTADO. Eu não tenho aqui neste momento o número desta conta, mas tenho a certeza que especialmente os Deputados da região de Curitiba, da Região Metropolitana, não faltarão neste momento ao apoio, à necessidade daquela população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Porto de Paranaguá entrou em greve no final da última semana. Caminhões, guindastes, armazéns, oficinas, "ship-loaders", escritórios, etc, ficaram parados, e os trabalhadores... cruzaram os braços.

Foi uma greve de advertência... justa! Necessária! Retrato uma insatisfação com o Governo do Estado e com seu governador, diante de sua postura de não dialogar sobre o dissídio interposto pelo seu Sindicato, sobre a reposição salarial e as diferenças não pagas...

Diferenças salariais não pagas, apesar de decisão favorável da Justiça do Trabalho...

Diferenças salariais não pagas, apesar do reconhecimento da própria administração portuária, que já pagou 70% delas, e que não concluiu esse pagamento porque o governador, teimosamente, impediu.

O Porto de Paranaguá parou e as autoridades do Estado agora que ele está operando normalmente, precisam refletir sobre tudo o que vem acontecendo na APPA, espe-

cialmente na questão mais aguda dos seus trabalhadores, que é a defasagem salarial enorme.

O Governador e o Governo precisam deixar de lado a falastrice que os tem caracterizado e raciocinar que o episódio pode se repetir com prejuízos enormes à economia do Paraná.

De nada adianta o Governador vir a Paranaguá, reunir-se com os sindicalistas, virar a mesa e bravatear, garantindo que a operação não pararia uma hora... que ele mandaria a Polícia Militar tocar o porto... nem que tivesse de mandar um coronel operar a câbrea e um capitão operar o guindaste...

Aqui cabe um adendo para dizer que a Polícia Militar do Estado do Paraná foi tocada do Porto de Paranaguá pela Marinha, através do seu Capitão do Porto, porque não é competência da Polícia Militar entrar no Porto de Paranaguá.

Os Senhores Deputados sabem que esse é um tipo de presepada bem no estilo de Sua Excelência, que precisa refletir mais, antes de se ocupar da mídia para dizer as sandices que disse, e de anunciar ilegalidades, que não é capaz de cometer porque não tem poderes para tanto! O Paraná não é um feudo... muito menos o porto é propriedade sua... o Governador precisa se convencer, que por mais que pretenda, não é Deus... nem é rei nem governa o Paraná num regime absolutista...

Aliás, Sua Excelência, no episódio da greve dos portuários foi mais falastrão do que ditador.

Ainda assim, ele tem ido para defronte à televisão dizer coisas para as quais falece sua competência.

Mas, para vergonha dos paranaenses e ira dos parnanguaras, as barbaridades proferidas por Sua Excelência foram ouvidas no Brasil inteiro.

Quando a greve estava a meio caminho, Sua Excelência usando de eufemismo, ameaçou os portuários e quando questionado negou, dizendo estar sendo enérgico.

E que se percebe é que o Governador tem sido um mau aluno da atividade portuária. Aprendeu muito pouco sobre o terminal e por isso deita sua falação estéril e inconseqüente.

Quando os argumentos lhe faltam, ele ameaça...

E veio a primeira ameaça: suspensão coletiva... que se transformou numa suspensão seletiva, que se acontece... vir romper o acordo estabelecido entre o superintendente e a direção do sindicato dos portuários.

Diga-se que a greve só foi interrompida repito, a greve só foi interrompida depois de 12 horas de paralisação, em razão desse acordo. Acordo feito na presença de

autoridades militares presentes... militares que invadiram a cidade a mando do governador, para coibir uma greve pacífica, tranqüila, sossegada.

Apressado o Governador foi posar, de novo para as câmeras de televisão. Ele pretendia que o telespectador e a opinião pública se abismassem de sua autoridade. Afinal ele havia ameaçado os portuários e, estes tornaram a seus postos.

Aí o grande erro de Sua Excelência. Seu gesto exacerbou os ânimos dos portuários, já irritados com coisas assim:

Intervenção: "Eu vou intervir no Porto"...

Será que o Governador esqueceu e nem lhe avisaram, que ele é o concessionário... e seu governo o é... que ele é o administrador da APPA?

Se assim é, porque intervir? A única intervenção e entendo, do Governador na autarquia é justamente quando ele nomeia ou exonera seus diretores... ou será que ele está pensando seriamente em colocar um coronel da polícia militar na câbrea?

Demissões: o que mais se ouviu dentro do surrado jargão do "prendo e arrebento" foram as tais ameaças de demissão.

Mas quem Sua Excelência vai demitir? Os estáveis? Os que possuem estabilidade?

Entendo que o Governador deve mesmo começar as demissões. Mandar embora aqueles que ocupam os melhores cargos na APPA... os cargos comissionados, que abrigam velhos políticos derrotados. E aqui faço uma pausa para dar um nome à bancada do PMDB: mandem o Pedro Longo, advogado, funcionário do Porto que aqui mesmo nessa Assembléia foi criticado pelo Maurício Requião, irmão do Governador Roberto Requião.

(Lê): "Os portuários, esses não! Eles vêm fazendo a grandeza desse porto desde 1.935 quando foi organizado.

Da privatização: este foi mais um equívoco de Sua Excelência. Disse que privatizaria o porto.

Será que ele não conhece seus limites?

Será que não lhe disseram que sua caneta não tem tinta para isso. Que a privatização; se acontecer, nos portos, será por obra exclusiva de uma lei federal?

O que não lhe permite ver, entender essas verdades?

O contrato de concessão do Porto de Paranaguá, que eu desejo municipalizado, termina em dezembro deste ano...

Da Extinção da Autarquia: vejam bem Senhores Deputados, Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná como o Sr. Governador esquece seus limites:

A APPA, essa autarquia Portuária, é resultado de uma lei. E, essa lei só será modificada ou revogada se esta Assembléia assim o desejar...



Antes de se utilizar desse tipo de intimidação Sua Excelência deveria cuidar melhor de suas palavras. Porque elas podem bater contra outro poder. E, esse poder pode recusar a intenção. Se ela, não for apenas, mais uma presepada para a mídia.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, não posso aceitar que meu povo seja ofendido pelo Governador do Estado. Não admito que nossos trabalhadores sejam tão menosprezados e compelidos, pela intimidação. Mas eles não vão deixar de lutar pelos seus direitos.

Senhores Deputados, não sou dos que defendem a greve como melhor solução. Ela deve ser sempre, o último recurso. Mas, eu não os poderia deixar sem minha solidariedade. A greve foi o último recurso, foi a última instância. O pouco caso diante dos problemas salariais dos portuários, a falta de equilíbrio de Sua Excelência, que esqueceu que esses mesmos trabalhadores o ajudaram reverter a eleição a seu favor em nossa cidade ..., o desrespeito como são tratados... as acusações de picaretas e malandros como se refere o Sr. Governador, tudo isso, conduziu à greve.

E, eu debito ao Governador Roberto Requião todo o ônus desse movimento paredista.

Falei no início deste pronunciamento que é tempo de reflexão. Tomara que ela seja feita e o bom senso e o equilíbrio voltem a ocupar seu espaço na principal sala do Palácio Iguaçu.

Muito Obrigado.

O Sr. Oswaldo Trevisan (Aparte) - Nobre Deputado Lourenço Fregonese.

Sabe Vossa Excelência do respeito que eu devoto ao nobre Deputado. Mas sabe também Vossa Excelência que eu integro a Bancada aqui do PMDB, que dá sustentação política ao Governador Roberto Requião, e por isso nós não podemos escutar calados certas afirmações de Vossa Excelência mais uma vez, isto eu estou dando um aparte aproveitando a pausa que Vossa Excelência disse que daria no seu discurso: mais uma vez venho a tribuna com um linguajar assim um tanto agressivo.

Eu estava observando aqui um pequeno trecho do discurso de Vossa Excelência, Vossa Excelência já disse que o Governador falou sandices, que foi falastrão, que foi falastrices. Então veja Vossa Excelência isso implica numa agressão prévia e me parece que me faz lembrar aqui quando Vossa Excelência vem gritar estes improperios, me faz lembrar que o grito é o argumento de quem não tem razão. Nós poderíamos dialogar sem necessidade de agressões desta natureza.

Porque eu queria lembrar mais Vossa Excelência que se o Governador falou que

vai lá e vai fazer isso, vai fazer aquilo, eu quero lembrar que ele vai fazer mesmo, porque desde a sua política o seu slogan foi o seguinte: "Requião fala, faz e sustenta".

Quando Vossa Excelência vem cobrar que a solução não deveria ter sido essa que lhe foi, se ele não tivesse sido duro na questão da greve o que é que aconteceria? O porto continuaria em greve até hoje, estaria dando grande prejuízo ao Estado, e não tenho dúvida que V.Exa. estaria nessa mesma Tribuna cobrando do Governador uma atitude firme; mas como ele tomou uma atitude firme Vossa Excelência vem aí reclamar porque ele acabou com a greve.

Eu quero lembrar mais a Vossa Excelência, que tem se mostrado aqui um "expert" no porto, em assuntos do Porto de Paranaguá, aliás, todos os discursos que eu tenho visto de Vossa Excelência tem versado tão somente sobre o Porto de Paranaguá.

Então, diz Vossa Excelência que o que o Governador está procurando para o Porto de Paranaguá é dar-lhe aquela necessária eficiência que todos nós cobramos. Então, ao invés de nós virmos criticar atitudes firmes do Governador, nós precisamos louvar essas atitudes, porque com respeito ao porto, em sendo ele um porto estatal, ele tem possibilitado os custos mais baixos de todo o País.

Ainda outro dia o Governador mostrava na televisão que atualmente os custos ali de embarque são de três ou quatro dólares a tonelada, se cair nas mãos da iniciativa privada, esse custo vai de dez a quatorze dólares a tonelada.

Então, quando ele fala, quando vem Vossa Excelência dizer que ele vai privatizar, entenda-se o seguinte, não que ele não tenha caneta, como Vossa Excelência lembra, como me parece também que Vossa Excelência não tem caneta para municipalizar o porto; mas quando ele diz privatizar, é o seguinte: Se continuarem criando todos esses obstáculos ele diminui a luta para manter o porto estatal, talvez seja essa a questão.

Quero lembrar mais o seguinte, com tudo isso...

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Quem é que está com a palavra?

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Antes do Senhor continuar, Deputado Trevisan, eu vou lhe responder já, porque eu acho que o Senhor está dentro do seu papel, só que eu vou lhe ensinar um pouco de porto, eu vou lhe ensinar um pouco de autarquia portuária.

Não esqueça o "slogan" do Governador



Roberto Requião, que foi: "Voltar atrás, nunca mais".

Veja bem, em primeiro lugar, eu não falo só em porto, agora eu entendo muito bem de porto porque dentro da minha cidade, graças a Deus eu entendo de porto e represento a cidade de Paranaguá.

Agora, eu falo sobre PETROLEO, eu luto por ZPEs, eu luto por GASODUTO, eu luto por FERROESTE, eu luto pelo progresso do Estado do Paraná, eu não me omito.

Eu vou lhe dizer mais, o Senhor não venha a dizer, eu volto a repetir, o Governador Roberto Requião não tem competência para as ameaças que ele fez na televisão. E vou lhe dizer mais, o Governador, é cinco dólares e setenta e um centavos que o Governador falou na televisão o custo do porto público, que é o porto público mais privado desse País; e lhe digo mais, quem está operando o Porto de Paranaguá hoje, quem está descarregando caminhão é a parte privada, que está ajudando o Governo do Estado com o mesmo custo do porto público, é a COTRIGUAÇU e o Governo do Paraguai que cederam os seus armazéns para o Porto de Paranaguá.

Agora, quando disse que o Governador foi falastrão, eu confirmo, o Governador foi para a televisão e falou aquilo que ele não poderia cumprir e vou lhe dizer mais Deputado, ele colocou, mandou para Paranaguá a Polícia Militar, que não opera neste Paraná, porque foram inúmeros os Deputados, o Deputado José Tavares até reclamou de roubo aqui na frente da Assembleia Legislativa, mandou centenas de policiais militares com cachorros para morder os mesmos portuários que elegeram o Governador Roberto Requião.

Portanto, Deputado Trevisan, Porto de Paranaguá, a greve, a greve foi última instância, o Governador Roberto Requião, eu lhe provo, e provo para todo o Paraná, se o Paraná tiver essa coragem de querer me escutar, eu lhe mostro o que o Governador diz do porto de Paranaguá nos quatro cantos deste Estado e o que ele falou numa reunião com os portuários de Paranaguá.

Eu lhe aprovo a hora que o Senhor quiser e eu provo para o Governador.

No rádio, sábado, eu desafiei o Governador a me questionar e desafio aqui na Assembleia: questione-me Governador Roberto Requião que eu lhe provo e acabe com a sua máscara para o resto do Estado do Paraná.

Com o aparte o Deputado Ernani Pudell.

O Sr. Ernani Pudell - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e quero me somar ao seu pronunciamento e até lembrar e dizer aqui que infelizmente o ilustre Deputado que me antecedeu no aparte deveria estar cobrando normas de conduta e civili-

dade ao Senhor Governador do Estado e não de V.Exa. que fez o discurso e um posicionamento no meu entendimento sereno, correto e é lamentável que nós tenhamos um Governador do Estado que não tenha equilíbrio emocional e que apele para palavras de baixo calão para se referir a uma categoria de trabalhadores, que é bom que se diga aqui muito claramente, lutam por um direito adquirido, líquido e certo que lhe foi assegurado e que o Governo do Estado vem sonhando esse direito.

E muito antes que a Justiça do Trabalho se pronunciasse sobre a legalidade ou eventual ilegalidade desse movimento, o Senhor Governador do Estado se arvorou na condição de juiz para tentar suprimir um direito constitucional de greve que todos os trabalhadores têm antes que a Justiça assim o fizesse pronunciar.

Nós poderíamos ter, inclusive, na sequência, um posicionamento favorável ao movimento dos trabalhadores por parte da Justiça do Trabalho. Então, neste caso, o Governador do Estado estaria cometendo uma violência contra um direito constitucional que é o direito à greve, aos movimentos paredistas dos trabalhadores de um modo geral.

Em segundo lugar, a Bancada do PT, tem apontado já, por diversas vezes, como uma medida necessária que a gestão do porto público seja feita de uma forma tripartida, ou seja, Governo, Trabalhadores e Usuários do Porto.

Esta é a forma correta, no nosso entendimento para retirá-lo a ineficiência. Aliás, é uma forma inclusive de nós garantirmos a transparência que não tem ocorrido no Porto de Paranaguá.

Nós inclusive trouxemos a esta Casa aqui, denúncias muito claras, muito fortes que davam conta que o Governo do Estado, a APA, mais especialmente a APA, estava pagando os serviços a terceiros no Porto de Paranaguá que não estão sendo prestados como por exemplo a questão dos guindastes.

Esta denúncia é concreta com provas que foram trazidas aqui e até o momento nós não tivemos o esclarecimento necessário.

E o Senhor Governador do Estado, antes de atacar os trabalhadores que reivindicam um direito assegurado por decisão da Justiça e por força de um acordo coletivo de trabalho, deveria isto sim, estar promovendo uma auditoria no Porto de Paranaguá para apurar os responsáveis pelas maracutaías que lá se encontram.

Então vir esbravejar, bater duro em trabalhador é muito fácil para quem tem o poder na mão. Agora, difícil mesmo, difícil é colocar na prática o discurso da honestidade que tanto se prega. Porque aí,

quando nós formos apurar a fundo o que talvez exista no Porto de Paranaguá, muitos dos cupinchas, dos compadres que foram amontoados naquele porto e que talvez sejam pela sua ineficiência e até pela lesão dos direitos dos trabalhadores, terão que ser punidos e afastados das suas funções.

Então, o que está se criando, na verdade, é uma cortina de fumaça e é lamentável, e digo isso aqui na condição de Deputado da Bancada do PT, que esse Governador que faz um discurso em defesa da coisa pública, faz o jogo da privatização no concreto. É lamentável isso. É preciso ter coerência quando se prega uma coisa e se faz outra.

Era isso, e o nosso posicionamento é favorável também à posição que Vossa Excelência colocou nessa tribuna e nós queremos nos somar à sua luta, à sua reivindicação.

Obrigado.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças.

No horário da Liderança do PT, concedo a palavra ao Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Lamentavelmente a postura autoritária do Governador do Estado não se encerrou apenas no episódio do Porto de Paranaguá. Nós estamos aqui hoje colocando à apreciação desta Casa um requerimento, solicitando ao Secretário da Educação do Estado do Paraná, que nos informe em qual dispositivo legal está amparada a consulta para a escolha de diretores das escolas públicas estaduais do Estado do Paraná.

O Governador do Estado, que aparentemente tenta se confundir com o próprio Estado, com as próprias instituições, arguiu a inconstitucionalidade do dispositivo na Carta Maior do Estado do Paraná, que prevê a escolha por voto direto e secreto dos diretores das escolas estaduais. Com isso, o Governador do Estado conseguiu uma liminar e a partir dessa liminar, sem que fosse invalidada a legislação específica que regulava a matéria aprovada por essa Casa, o Governador do Estado publicou um decreto, no qual regulamenta a escolha de diretores das escolas de uma forma anti-democrática.

Esse Decreto também foi invalidado por força de um requerimento, de um pedido de inconstitucionalidade, argüida pelo Deputado Paulo Maia, de forma que nós temos hoje um buraco negro na legislação, com relação à escolha dos diretores das escolas estaduais, e apesar disso, novamente o

Governador do Estado insiste em convocar essa consulta ao arrepio, inclusive do que estabeleceu o Poder Judiciário do Estado do Paraná. E é lamentável aqui nessa decisão do Governador, não se trata apenas de uma questão de ordem jurídica, e muito mais do que isto, a Constituição Federal já consagra o princípio do exercício direto do Poder Público pela própria população, é um princípio consagrado pela própria Constituição.

O movimento que se formou em defesa da escola pública nesse País, conseguiu, ao longo dos anos, o direito da escolha dos diretores da escola pelos professores, alunos e funcionários. Foi uma conquista da democracia direta, da democracia participativa, tão fundamental para todos nós, a escola que hoje forma as nossas gerações, tem a maturidade suficiente para escolher os seus próprios dirigentes, e é nesse exercício de democracia dentro da própria escola que se fortalece a responsabilidade do cidadão de amanhã, aquele que irá votar e escolher os dirigentes de todos os cargos públicos neste País.

Hoje, a escolha dos diretores das escolas por voto direto, é uma conquista fundamental e acima de tudo um processo pedagógico que fortalece e amplia a democracia em nosso País. Mas isso nos parece que o Senhor Governador não entende de democracia, é lamentável que alguém que chega ao poder pelo voto popular, aquele que saiu e firmou a sua liderança nos movimentos sociais, hoje rasgue e vire o prato em que comeu.

E esta é uma questão lamentável que nós tínhamos que fazer aqui, e nós vamos encaminhar esse requerimento e esperamos que seja aprovado por esta Casa, para que nós tenhamos, pelo menos, conhecimento em saber com que base legal o Senhor Governador do Estado, que já tenta suprimir esse princípio democrático, agora tenta passar por cima da justiça nesse País, provocando e convocando uma consulta, que no nosso entendimento não tem amparo legal nenhum, então é lamentável que não seja mais um fato isolado, é uma regra geral nesse Governo, que não admite a participação popular, a participação da sociedade civil, a participação do povo nas decisões do Governo.

É lamentável essa política de retrocesso absoluto que nós temos e que está sendo praticada exatamente pelo Governador do Estado, que foi eleito pelo voto direto de todos nós.

O Sr. Paulo Maia (Aparte) - Eu me solidarizo com o pronunciamento de Vossa Excelência.

Isto era de fato a preocupação que por diversas vezes, da tribuna desta Casa, nós

já denunciarmos fatos semelhantes, e registro, também, neste momento, fato mais agravante ainda, com relação à decisão de governo que é a de que ele não pagará a gratificação aos atuais diretores, até que as ações estejam na Justiça.

Ora, se este Governo tomou a iniciativa de confronto com o Poder Legislativo, em desrespeito ao Poder Legislativo e à própria ação direta de inconstitucionalidade deferida, preliminarmente, por unanimidade, reconhecendo o poder desta Assembleia, como também o mandado de segurança do Sindicato dos Professores, isto aí caracteriza a verdade dos fatos.

Agora, negar que este processo inviabiliza o pagamento de gratificação aos diretores, é simplesmente se esquecer daquela demagogia de que a educação neste Governo vai ser respeitada e de que o professor vai ser o mais bem pago do Brasil.

Então, são fatos que contrariam todo o discurso e toda a postura do Governo. Eu creio que esses diretores que estão aí estão cumprindo uma missão, vem sustentando essa escola sucateada no Governo do Paraná, uma escola pública totalmente sucateada e desrespeitada como sempre foi, e, lamentavelmente, vem com esse tipo de proposta desrespeitosa com aqueles que ainda estão tendo a dignidade de assumir a responsabilidade das escolas públicas, fazendo um trabalho gratuito, não tendo nenhum tipo de reconhecimento e ouvindo, lamentavelmente esse tipo de discurso de que, enquanto permanecerem as ações na justiça, as gratificações não serão pagas.

E esses diretores estão há seis meses impostos pela Secretaria de Educação, foi a Secretaria quem os impôs. E no momento que ele também aventa com a possibilidade de consulta através de um decreto, de uma resolução ou do seu ato arbitrário próprio, nós deveremos, evidentemente, mais uma vez, acionar a Justiça para que se respeite as decisões deste Poder e que se mostre também ao Governador Roberto Requião que ele não é dono do Estado, ele é um administrador. Agora, é óbvio e também deve ser registrado, que, sem dúvida, a democracia incomoda os pseudo-democratas, os bajuladores do regime neo-liberal que é a verdade que está sendo posta em nível de Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ERNANI PUDELL - Eu agradeço o apêndice de Vossa Excelência e me surpreende até essa informação, que eu desconhecia, do não pagamento da gratificação.

É óbvio que o Estado precisa fazer um caixa muito forte para financiar as viagens, as "tournées" que são feitas pela China, pelo Oriente, isto deve ter saído, possivelmente, muito caro.

Então, o Estado precisa economizar o máximo possível de recursos, nem que seja através da gratificação dos professores, dos salários dos portuários e etc.

Era isso, Senhor Presidente e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto à Liderança do PL.

(Declina).

PDT.

(Declina).

PST.

(Declina).

PFL.

(Declina).

PRN.

(Declina).

PMDB.

(Declina).

Com a palavra, o nobre Deputado, professor, Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL - Sr. Presidente, nobres Companheiros Deputados.

É com grande satisfação que nesta tarde, incumbido pelo nosso líder Orlando Pessuti, comunico à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e a toda a sociedade paranaense, a decisão da SANEPAR, a decisão do Governo do Estado do Paraná, que é também a decisão da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, do Secretário Homero Oguido.

Todos nós sabemos que este é um Governo comprometido com as questões sociais do nosso Estado. Todos nós sabemos que este é um Governo que tem a sua marca assinalada em prioridades absolutas, como a da habitação popular, onde, efetivamente, já estamos com 20 mil moradias construídas, sendo que nunca a prestação ultrapassa a 20% do salário-mínimo, prioridades como são aquelas executadas pela Secretaria da Agricultura, através do PARANÁ RURAL, através dos programas de abastecedores comunitários, de microbacias, de readequação de estradas rurais; prioridades colocadas pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, através da infra-estrutura básica da pavimentação asfáltica, galerias, meios-fios, sarjetas que são levadas a todos os municípios do Estado do Paraná, propiciando uma melhor condição de vida ao cidadão paranaense, através de programas espetaculares desenvolvidos em parceria pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e pela própria Companhia de Saneamento do Estado do Paraná, que são a instalação e a colocação de água potável para as comunidades rurais do nosso Estado, propiciando que até o final deste ano, 100% da população paranaense estará abastecida com água tratada, evitando efetivamente epidemias tão comuns em nosso País.

São de programas executados em parceria com a FUNDEPAR, pelos municípios do Estado do Paraná, que está sendo realizado um grande programa em todo o nosso Estado, de reparos nas escolas públicas, em ampliação nas escolas estaduais, de construção de novas salas de aula, que encontra grande apoio em todo o meio do magistério de todo o Estado do Paraná, mas um dos principais problemas, principalmente que afeta o assalariado brasileiro, são as tarifas de água e luz, que com o trabalhador recebendo um salário-mínimo que não é condizente com a realidade, com a necessidade de seus afazeres mensais, o governo Roberto Requião sensível às necessidades do trabalhador paranaense, resolve ampliar a tarifa social da SANEPAR, elevando de 10 metros cúbicos para 15 metros cúbicos esse benefício, isso quer dizer que todo cidadão paranaense que tenha uma renda de até dois salários-mínimos poderá reivindicar junto ao escritório local da SANEPAR, em qualquer município do Estado do Paraná, o benefício de pagar a tarifa social para aqueles que consumirem até 15 metros cúbicos de água potável durante o mês. Isto foi feito, a partir de estudos elaborados pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, por determinação do Governador Roberto Requião e causará um impacto financeiro na SANEPAR de menos de meio por cento do total do faturamento mensal, ou seja, um custo financeiro bastante pequeno, muito pequeno para o alto alcance social da medida, que vai de encontro aos mais carentes, que vai ao encontro dos mais necessitados, que vai ao encontro, efetivamente, daqueles que precisam do Governo, porque o Governador Roberto Requião sempre coloca com clareza absoluta, que os que mais precisam de governo são os mais pobres, os mais carentes, os mais necessitados, isso nos entusiasma para dizer que isso é democracia, que isso é participação popular, que isso é fazer um governo voltado àqueles que realmente precisam de governo, que precisam da habitação, que precisam do saneamento rural, àqueles que, com um salário-mínimo de miséria e de fome, podem ter o benefício da água tratada e do esgoto sanitário em condições de pagar.

Esse é o governo Roberto Requião, governo voltado para aqueles que necessariamente precisam da mão firme do governo em defesa dos seus interesses. Essa é a mensagem que se coloca na prática, a mensagem democrática da participação que o governo Roberto Requião está implantando no Paraná.

Isso se faz caixa, isso se administra com austeridade. Se hoje o governo do Estado tem alguns bilhões aplicados, é fruto da austeridade administrativa, da competência administrativa e financeira do

Secretário Heron Arzua e do Governador Roberto Requião e sobretudo por um pensamento maior que onde tudo é prioritário, não existe prioridade. Esse governo definiu as suas prioridades, definiu a sua marca registrada, que é um governo voltado para o social e para o trabalhador, para o agricultor, para o produtor e efetivamente é isso que se realiza no Estado do Paraná, por isso nós queremos cumprimentar o governador Roberto Requião por essa iniciativa, queremos cumprimentar o Secretário Homero Oguido e sobretudo o Presidente da SANEPAR, Stênio, que sacrifica parte do lucro da companhia em benefício de mais de 500 mil paranaenses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente suscrito pelo Sr. Deputado Edson Silva Lino, constante do expediente, solicitando licença plenária no período de 18 a 22 do corrente mês, para representar este Poder na realização de um levantamento de campo na Região Centro-Sul paranaense. - A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 098/92, que institui a gratificação de apoio educacional a gratificação pelo local de exercício no período noturno, a serem atribuídas conforme especifica aos professores e especialistas de educação do Magistério Público de 1º e 2º Graus. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 36, de 14.04.92).

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 465/91, de autoria do Deputado DALTON MACHUCA e ADEMAR LUIZ TRAIANO, altera a redação do art. 23, da Lei nº 8933, de 26 de janeiro de 1989 (ICMS). Com PARECER FA-

VORAVEL da C.C.J. PARECER CONTRÁRIO da C.F. EMENDA DE PLENARIO com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., apresentando EMENDA MODIFICATIVA.

Em votação a Emenda de Plenário com Parecer Favorável da C.C.J.

Os Deputados que aprovam, conservem-se como estão.

Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 511/91, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria da Educação, a permitir ao professor de Educação Física a utilizar a carga horária, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E. EMENDA DE PLENARIO com PARECER FAVORAVEL da C.C.J. - Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 056/91, de autoria do Deputado ALGACI TOLIO, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA PLANTA EVARISTO FRANCO, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 412/91, de autoria do Deputado TOTI COLAÇO, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DO MUNICIPIO DE QUINTA DO SOL - ADESOL, com sede e foro no Município de Quinta do Sol, Comarca de Engenheiro Beltrão, no Estado do Paraná. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 029/92, de autoria do Deputado EURIDES MOURA, declara de Utilidade Pública o CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS QUERÊNCIA DOS PIONEIROS DE ROLÂNDIA, com sede e foro no Município de Rolândia. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 083/92, de autoria do Deputado LUIZ CARLOS MARTINS, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFANCIA DE PARANAVAÍ. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 086/92, de autoria do Deputado DOBRANDINO DA SILVA, declara de Utilidade Pública o LAR DOS IDOSOS E CENTRO PROMOCIONAL DOM SCALABRINI, com sede e foro em São Miguel do Iguçu. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Apenas ratificando a posição do Partido dos Trabalhadores, contrária ao Projeto nº 465/91.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será anotado.

Sobre a mesa, requerimento de nº 705, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregoneze, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 698 e 706, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constantes do expediente. - Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 695, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 696 e 697, de autoria do Sr. Deputado Ernani Pudell, constantes do expediente. - Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 699, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 700, de autoria do Sr. Deputado Dalton Machuca, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 702, de autoria do Sr. Deputado Albino Corazza, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 703 e 704, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. - Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 707, de autoria do Sr. Deputado Ernani Pudell, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Designo os Srs. Deputados Algaci Túlio, Ernani Pudell, Neivo Beraldin, Geraldo Cartário e João Iensen, para comporem a comissão, sob a presidência do Deputado Algaci Túlio.

Plauto Miró Guimarães: designado representante. Aprovado.

O SR. ALGACI TOLIO (Pela Ordem) - Muito embora não exista requerimento à Mesa, eu tenho certeza que Vossa Excelência vai receber, lamentando profundamente a morte do professor e membro da Academia Paranaense de Letras, Erasmo Piloto, que aconteceu na última sexta-feira à noite, cujo sepultamento ocorreu sábado pela manhã.

Então, na seqüência, eu providenciarei o requerimento, para que seja registrado esse voto de profundo pesar pelo seu fale-

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento de pesar pelo falecimento do eminente professor Erasmo Piloto.

Os Srs. Deputados que aprovam, conservem-se como estão.

Aprovado.

Requerimento de nº 711, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Aprovado. A Dire-

Curitiba, segunda, em 18.05.92  
toria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 44, 45, 46 e 48/91 e 006/92.

Levanta-se a sessão.